

**“O estado em que se deixou a casa”: memória econômica, dispositivo de comunicação dos beneditinos – América portuguesa, séc. XVII**

**Jorge Victor de Araújo Souza\***

**Resumo:** Esta comunicação trata das possibilidades geradas na leitura de um conjunto documental depositado no Arquivo Distrital de Braga. Os “Estados” eram relatórios que deveriam ser enviados trienalmente por todos os abades ao abade geral, em Tibães, arrolando as prestações de contas de seus mosteiros. Não existe conjunto documental com tamanha minúcia sobre a administração de uma “casa” seiscentista na América portuguesa, em que pesem as lacunas temporais. Após uma apresentação geral da Ordem e seu dispositivo de comunicação, iremos centrar nos aspectos da escravidão presentes nos estados do mosteiro do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Mosteiros de São Bento – Economia monástica – Dispositivo de comunicação

### **Uma ordem milenar nos trópicos**

Os monges beneditinos aportaram na América portuguesa ao final do século XVI graças a junção de uma reforma ocorrida em sua Congregação com uma deliberação na política filipina que visava o reequilíbrio dos poderes eclesiásticos nos territórios do Império português. Destarte, uma ordem milenar chegou aos trópicos no momento em que as bases institucionais no território estavam sendo reestruturadas.

Em Portugal, sobretudo na região Norte, os mosteiros de São Bento constituíram instituições que detinham poder local, através da administração de coutos e de influência política e jurídica. Além disto, seus membros eram selecionados entre a raia graúda da sociedade. A distinção de tal comunidade religiosa se dava sob várias maneiras, sendo as mais comuns através da antiguidade da Ordem em território luso, da erudição dos religiosos, do nível de riqueza, das reciprocidades estabelecidas e do perfil social de seus membros. Eram fatores constantemente lembrados pelos monges em seus pedidos por privilégios, principalmente nos momentos de crise que assolaram a Ordem, como o do final do século XIV.

A réplica das casas monásticas do rincão minhoto era um ideal a ser seguido pelos beneditinos na América portuguesa. No entanto, as peculiaridades da sociedade colonial logo se fizeram sentir – uma base econômica centrada na produção de açúcar,

---

\* Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense e bolsista CNPq.

por sua vez assentada em uma sociedade escravista, que contava com vassalos em situações diferentes dos que se encontravam no centro –, demonstrando desta forma, que uma simples transplantação institucional não seria incólume. Os mosteiros na América portuguesa enfrentaram problemas diferentes dos congêneres em Portugal, o que levou a diversas flexibilizações no sistema normativo da Congregação e a alianças com distintas instituições e outros vassalos. Ao longo da segunda metade do século XVII, tais diferenças da família monástica se apresentaram de forma mais contundente, por meio da reivindicação de alguns religiosos que almejavam o autogoverno das casas beneditinas da “Província do Brasil”.

Os monges de São Bento se instalaram na Paraíba, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, formando, entre abadias, priorados e presidências, onze casas ao final do século XVII.

### **“O estado em que se deixou a casa”**

Como salientamos, em Portugal os mosteiros beneditinos eram possuidores de áreas extensas, principalmente ao Norte<sup>1</sup>. Por isso, vale lembrar a afirmação de Gilberto Freyre: “um ponto nos surge claro e evidente: a ação criadora, e de modo

---

<sup>1</sup> A economia monástica é assunto recorrente na historiografia portuguesa enfocada nas ações do clero. Um dos trabalhos pioneiros é do final da década de 1970. Aurélio de Araújo Oliveira estudou em seu doutorado o mosteiro de Tibães, suas propriedades, exploração e produção agrícola, assim como os modelos de administração dos negócios monásticos durante o período de 1630 a 1813. Seguindo os passos de Oliveira, merece destaque o trabalho de Fernanda Paula Souza Maia, do início da década de 1990, sobre o mosteiro de Bustelo e sua economia entre os anos de 1638-1670 e 1710-1821. Maia preocupou-se em detalhar a organização administrativa e as formas de aquisição de bens. Infelizmente os dois trabalhos, assim como os demais produzidos pela historiografia lusa sobre esse assunto, são bastante descritivos e não se preocupam com os agentes sociais. Seriam extremamente enriquecidos se não colocassem todo o foco nas leis e constituições da ordem, mas contrabalançassem com a vivência dos monges num plano mais concreto, ou se seguissem as carreiras dos administradores. Procurando dar um caráter mais interpretativo aos fenômenos econômicos dos beneditinos portugueses entre o século XVII e 1834, se destaca a comunicação de Fernando Dores Costa no *XII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*, realizado no ano de 2002, em Aveiro. Considerando os mosteiros como uma forma consagrada de socialização dos custos e sustentação dos excedentes da nobreza e fidalguia, Costa aponta que o ingresso nas Ordens não tinha relação estrita com “formas de sentimento religioso” ou “vocações”. Segundo ele, a entrada dos membros dessa camada da hierarquia social influenciou no modelo de administração monástica que não tinha uma gestão patrimonial inovadora, mas sim conservadora. Costa afirma que não existia uma única “racionalidade” econômica imperando na gestão dos patrimônios monásticos, mas uma pluralidade de “racionalidades”, que eram postas em ação para se tentar manter a todo custo o *status* dos “donos das casas”. O autor também indica a existência do que considera “irracionalidades econômicas”, quando cita as relações pouco lucrativas dos mosteiros em arrendamentos e foros de suas propriedades. Cf. (OLIVEIRA, 1974); (MAIA, 1991); (COSTA, 2002).

nenhum parasitária, das grandes corporações religiosas – freires, cartuxos, alcobacenses, cistercienses de São Bernardo – na formação econômica do Reino. Eles foram como que os verdadeiros antecessores dos grandes proprietários brasileiros” (FREYRE, 2000, p. 295). Se Freyre ressalta a herança do clero regular em Portugal na formação dos “grandes proprietários brasileiros”, o que dizer quando esses proprietários são as próprias ordens religiosas? Eram elas detentoras de uma “ação criadora, e de modo nenhum parasitária”, pois como nos lembra Sérgio Buarque de Holanda: “a observância das regras monásticas não apartavam os monges de quaisquer cuidados ou negócios terrenos, pois bem sabiam como, na cidade dos homens, o *ora* não é separável do *labora*” (HOLANDA, 1977, p. XVIII). Compete avaliar em que medida os negócios beneditinos inseriram a ordem nas tramas do Império português e nos vínculos com os demais vassallos nos trópicos. Nesse sentido, os “estados” podem fornecer indícios de relevo.

Os “Estados” eram relatórios que deveriam ser enviados trienalmente pelos abades ao abade geral, em Tibães, arrolando as prestações de contas de seus mosteiros. No Arquivo Distrital de Braga, referentes às casas beneditinas da América portuguesa no século XVII (ADB-CSB), estão preservados os respectivos “Estados”: Rio de Janeiro (1620-1623; 1648-1652; 1652-1657; 1657-1660; 1663-1666), Bahia (1652-1656; 1657-1660; 1663-1666; 1666-1669), Pernambuco (1657-1660; 1660-1663; 1663-1666), Santos (1650-1656) e Paraíba (1654-1657). Não existe conjunto documental com tamanha minúcia sobre a administração de uma “casa” seiscentista na América portuguesa, em que pesem as lacunas temporais.

No dicionário de Raphael Bluteau, “Estado” está, antes de tudo, relacionado à situação econômica, “estado de uma coisa, de um negócio, da fortuna de uma pessoa” (BLUTEAU, p. 301-302). Citando Cícero diversas vezes, Bluteau salienta, entre outros possíveis sentidos, o campo semântico de “estado” amalgamado a governo dos negócios.

Os “Estados” beneditinos, produzidos a cada três anos, constituíam um instrumento da administração exercida pela cabeça da Congregação, Tibães. Não por acaso, tal documentação encontra-se hoje em Braga, muito próximo do referido mosteiro. As informações eram preciosas para o bom governo das casas além-mar, e instituíam uma memória econômica dos mosteiros, pois através delas podiam ser

corrigidos os andamentos de recursos mal distribuídos e podiam ser cobrados os que deixaram dívidas nos anos anteriores.

O que era necessário informar? O “estado” de um mosteiro era um dispositivo fundamental nos circuitos formais de informação entre a província do Brasil e as autoridades monásticas em Portugal. Tal instrumento já era utilizado pelos diversos mosteiros do Reino como canal de comunicação com o abade geral. No entanto, uma diferença crucial dos mosteiros dos trópicos diz respeito as informações relativas aos seus engenhos e fazendas, contando com a produção de açúcar e os números da escravaria. Analisando os “estados” produzidos no século XVII, em que pesem as diferenças entre os mosteiros das capitânicas diversas, temos a impressão que a noção de crescimento da ordem na América portuguesa, incluindo sua inserção em diversas instâncias era o que se desejava apresentar, ou o que era mais esperado pelo centro da Congregação. O esforço nesse sentido, é sempre ressaltado: “proveram-se estas fazendas e currais de todo o necessário com tanta abundância que além dos salários dos feitores e outros gastos estão no livro do gasto postos quinhentos e tantos mil réis” (ADB-CSB 134, p. 27). Também havia espaço para demonstrar o quanto os monges se esforçavam na concepção de um local onde pudessem exercer plenamente a vivência monástica, incluindo seu conhecido apelo à prática da leitura – a *lectio divina*<sup>2</sup>: “Na livraria [o abade] pôs seis tomos de frei Gil, Bíblia e concordância, a Glosa ordinária moderna, o Sol do Ocidente, um volume com a primeira e segunda parte de nossa chronica beneditina, outro volume da beneditina, sete processionários, três rituais, cadernos de nossa ordem, seis tomos de leis, quatro regras em português” (ADB-CSB 134, p. 49).

Em algumas informações é possível mapear determinados circuitos de mercadorias, negócios e vínculos:

Na frota que daqui [Rio de Janeiro] partiu em 10 de agosto da era corrente [1666] mandamos a Pernambuco a Pantaleão Carneiro dos Santos empregar em açúcar 47\$885 procedidos de uma letra que nos mandou de Angola João Alvarez – mais o procedido de uma moleca por nome Maria que em Angola custou 15\$000 – mais o procedido por outra moleca por nome Polônia que custou em Angola 16\$000 as quais chegaram vivas em Pernambuco, livres de fretes e direitos a mão do sobredito a quem ordenamos remetesse tudo a Lisboa ao padre procurador geral da Província (ADB-CSB 134, p. 49).

---

<sup>2</sup> Sobre a prática da leitura entre os monges do Rio de Janeiro, ver: (SOUZA, 2007).

Os interesses dos beneditinos, incluindo uma certa inserção no negócio escravista, estavam presentes em vários espaços do Império português: Angola, Rio de Janeiro, Pernambuco e Lisboa.

A formulação geral do documento é muito simples: um cabeçalho com as informações do abade que estava deixando o governo e do que o sucedia, seguindo então um resumo de como se encontrava “a casa”, com as pendências assinaladas. Logo após, anotava-se o “Estado” do triênio propriamente, com os depósitos, as “descargas” (gastos), “dívidas que devem a casa”, “dívidas que a casa deve”, as obras realizadas e as condições dos engenhos e fazendas. Ao final, eram registrados os “estadistas” como no referente ao mosteiro do Rio de Janeiro entre 1648 e 1652:

o qual estado referido atrás em treze folhas e meia nós os padres frei Leandro de São Bento, prior deste mosteiro, e frei Simão de São Bento fizemos bem e fiel muito conforme ao que se nos deu notícia e vimos por nossos olhos pelos juramentos que nos foi dado conforme nossas leis (ADB-CSB 134, p.38).

Nos registros encontramos as assinaturas de outros monges que serviam como testemunhas. Os estados informavam mais.

Os gastos, denominados “descargas”, deveriam ser responsabilidade do “padre gastador”, com anuência do abade, a distribuição dos recursos era de sua alçada. Nos “Estados”, principalmente os do Rio de Janeiro, pois são os mais detalhados, é possível saber de forma específica o gasto com os gêneros alimentícios. Entre 1652 e 1657, este mosteiro gastou 51\$820 com peixe salgado e 469\$940 com azeite doce. Mas o produto da alimentação mais dispendioso foi o vinho, sendo gastos 1.427\$000, quantia um pouco menor do que foi empregado na compra de quarenta e uma peças da Guiné ao custo de 1.531\$000. Em período mais curto, de 1652 a 1656, o mosteiro da Bahia gastou 935\$540 em azeite doce e, 3.280\$385 em vinho, mais que o dobro que o mosteiro do Rio de Janeiro. Neste período, o gasto com vinho no mosteiro da Bahia ultrapassou os 2.749\$900 gastos na compra de escravos. O gasto com vinho acompanha a tendência geral do consumo deste gênero (SILVA, 2006). Produto importantíssimo na alimentação e na pauta de exportação de Portugal, o vinho não podia faltar na mesa das grandes casas portuguesas, fossem elas de leigos ou de religiosos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A exportação do vinho português causou, inclusive, desavenças atlânticas, tamanha importância do produto. Cf. (CURTO, 1999, p. 69-97).

O mosteiro da Bahia, mais importante da América portuguesa e com maior número de monges, sempre com cerca de cinquenta religiosos de acordo com os relatos<sup>4</sup>, era o que mais gastava. Nos “Estados” é perceptível que a porcentagem maior ficava por conta do consumo de alimentos da casa, como os cerca de 35% no mosteiro do Rio de Janeiro no período analisado, sendo que o segundo maior gasto, 20%, ficou com o pagamento de serviços.

A alocação dos recursos, tendo a manutenção da casa em primeiro lugar, encerra uma lógica que acompanha a conservação da posição social da instituição. Consumo e distinção andam juntos. Não obstante seguir uma regra que recomendava a moderação nas porções diárias –“Porque nada é tão contrário a tudo o que é cristão como os excessos na comida” (RB, Cap. 39) –, na mesa de uma casa religiosa que se tornava portentosa, não poderia faltar bacalhau, doces, queijos, carnes, azeites e especiarias, mesmo que isso gerasse dívidas.

Os monges contavam com o auxílio da Coroa no provimento de vinhos. É o que deixa entrever a petição dos religiosos da Bahia, em 24 de janeiro de 1646, em que solicitavam que o rei cumprisse a mercê que costumava fazer e enviasse vinte pipas de vinho, cerca de oito mil quatrocentos e oitenta litros<sup>5</sup>. Livre dos impostos, como queriam os solicitantes, tal produto era bem valioso.

O pagamento de serviços era outro gasto comum. O total pago pelo mosteiro do Rio de Janeiro entre os anos de 1652 e 1657 foi de 2.321\$425, mais do que os 1.333\$186 gastos na compra de casas e terras. Uma miríade de ofícios é exposta na contabilidade. Os monges conviviam com trabalhadores diversos, como médicos, barbeiros e cirurgiões que auferiram 294\$305, caldeireiros e tanoeiros que receberam 112\$350 e músicos que ganharam 115\$060. O maior gasto entre os serviços foi dos salários de letrados, oficiais do mosteiro e feitores que juntos receberam 1.455\$660. Nos “Estados”, ao longo dos triênios há a permanência de redes de serviços

---

<sup>4</sup> É difícil inferir a população dos mosteiros. Pouco ficou registrado sobre este aspecto e, além disto, a população era muito fluida por conta do constante trânsito dos religiosos. Mesmo assim, graças aos Estados, é possível inferir a quantidade de religiosos em alguns períodos. Entre 1648 e 1660, o mosteiro do Rio de Janeiro tinha trinta e dois religiosos. ADB-CSB, 134, p. 38, 61, 62 e 88. O mosteiro da Bahia tinha quarenta religiosos em 1654 e cinquenta entre 1663 e 1666. ADB-CSB, Cód. 37, f. 42v. e CSB 136, p. 70. As demais casas tinham que ter pelo menos doze religiosos para serem consideradas abadias. As presidências tinham um menor número de monges.

<sup>5</sup> Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Fundação Gregório de Matos. Provisões do Governo e do senado (1642-1648). Registro de uma petição dos padres de São Bento. fls. 252-253.

especializados que garantiam a manutenção dos mosteiros. Também desta forma eram criadas dívidas, como veremos mais adiante. Estes trabalhadores eram empregados nas várias obras que foram efetuadas, sobretudo, ao longo do século XVII, nas igrejas e nos espaços claustrais como os refeitórios, as celas, as salas capitulares, entre outros espaços que possibilitavam as sociabilidades dos religiosos<sup>6</sup>.

Para manutenção do negócio açucareiro e criatório, uma quantia considerável era investida nas unidades produtivas. Eis um dos aspectos do “beneficiamento” monástico elogiado pelo jesuíta Belchior Pires. Beneficiar, tinha o sentido de aumentar o cultivo e a produção de um modo geral, e foi exemplificado por Bluteau através de um trecho do Castrioto Lusitano: “A terra foi correspondendo com os frutos à esperança com que a beneficiavam os moradores” (BLUTEAU, op. cit. vol. II. p. 101). A terra também correspondeu “à esperança” dos beneditinos.

Entre 1657 e 1660, o mosteiro do Rio de Janeiro empregou 696\$420 em provimentos das fazendas e gado, uma quantia pequena se comparada ao gasto em pães e biscoitos no mesmo período. Mas nessa conta não entraram o pagamento de salário dos feitores, a compra de escravos, a compra de terras e o carro de gado. O que fica claro nos estados, principalmente os dos mosteiros do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco é a estratégia de alocar parte dos recursos para as unidades produtivas, em beneficiamentos constantes, conforme os ganhos com açúcar e com o gado aumentavam. Mas é difícil mensurar a porcentagem exata destinada aos engenhos e fazendas, pois as anotações não as especificam e as entradas confundem-se ao longo dos triênios. Mesmo assim, conseguimos uma aproximação das lógicas de alocação dos recursos para o beneficiamento das propriedades, observáveis nos gráficos em anexo.

### **Estados da escravidão**

Deter-nos-emos aos dados oriundos do mosteiro do Rio de Janeiro, pois são os que possibilitam informações mais consistentes sobre a escravidão nas cercas monásticas. Como se pode perceber nos apontamentos dos Estados referentes aos anos de 1648 a 1652, a Ordem possuía plantéis mistos em suas propriedades. Neste período,

---

<sup>6</sup> Para uma apreciação detalhada da arquitetura beneditina na América portuguesa, ver: (SILVA-NIGRA 1950); (LINS, 2002). Para uma análise dos usos sociais dos espaços do mosteiro beneditino do Rio de Janeiro, ver: (SOUZA, 2007).

“morreram dezoito negros de Guiné entre os quais foi um aleijado e dois velhos”. Somente no engenho de Iguaçú, morreram dez peças e três crianças do gentio da terra. O mosteiro investia para dar conta das terras que constantemente recebeu durante o século XVII: “Compraram-se *quarenta e três escravos de Angola e gentios da terra* e um cabra que sabe ler e escrever os quais se repartirão pelas fazendas e para as obras, custaram os comprados um conto oitocentos e quarenta mil reis” (ADB-CSB 134. p. 27).

Na fazenda de Guaguaçu, região de Guapimirim, no fundo da Baía da Guanabara, os beneditinos possuíam vinte e cinco gentios da terra que trabalhavam ao lado de trinta peças de gentio da Guiné e crioulos mulatos, e vinte e oito escravas da Guiné, entre elas, “Domingas, Vitória, Juliana, Luiza nova, Helena mulata doente e velha, Esperança, Maria crioula”. Ao que parece, a propriedade prosperava, pois o administrador informou que “ficam para esta safra vinte tarefas de canas pouco mais ou menos e trinta e quatro para a safra do ano que vem [1653]. Ficam plantadas roças de mantimentos que podem ter vinte e quatro mil canas para sustento da gente da fazenda”. Além disto, plantou-se um arrozal com cento e trinta alqueires com casca (ADB-CSB 134. p. 31-32).

Entre 1652 e 1657, o mosteiro adquiriu quarenta e uma peças da Guiné e ainda recebeu duas negras do espólio de Paula Rangel, mãe de frei Diogo da Paixão Rangel. Chama a atenção a distribuição de determinados ofícios: “Diogo cozinheiro, José Mulato, rapaz, Domingos mulato carreiro, Miguel da terra carreiro, Matheus da horta, Pascoal mulato e sua mulher Maria Cassandra com duas filhas e um filho, Maricota, Benta, mais três ferreiros, João da terra e Bastião barbeiro, o lavrador Antônio da terra e sua filha Isabel” (ADB-CSB 134. p. 51). Neste mesmo recorte temporal, mas nas propriedades de Iguaçú, ficaram quarenta e quatro negros, sendo dez da terra e quarenta e seis negras, sendo duas da terra, além de vinte e duas crianças e “rapazes”. Esta escravaria dava conta dos noventa e oito bois e das trinta e cinco tarefas de cana, assim como da produção de cachaça.

Nos dados referentes a 1657, nota-se a formação de uma rede familiar, contando, inclusive, com alianças matrimoniais de cativos de procedências diferentes. Foi o que ocorreu com Maria índia da terra e Mingote negro, na fazenda da Ordem em Cabo Frio. Maria tinha sido trocada por Valeria da terra, que por sua vez foi adquirida por herança



da mãe de frei Bernardo. Registrou-se também a presença de uma Antonia da terra acompanhada de sua filha Izabel. Em outro engenho havia duas “mamalucas”<sup>7</sup>, a viúva Angela e sua companheira de cativo Benta (ADB-CSB 134. p. 51).

O uso da mão de obra dos gentios da terra foi prolongado nas propriedades da Ordem de São Bento no Rio de Janeiro. A legislação apregoava a liberdade dos índios, mas “o uso e costume da terra” ditava a prática da escravidão (MONTEIRO, 1998, p.111). No começo do século XVIII, mais precisamente em 1706, o rei informou ao governador, indicando uma prática costumeira, que vinha recebendo diversas queixas “que os religiosos de São Bento tem muitos Índios em suas fazendas afastados daquela parte em que possam ter o parto espiritual, *usando deles como cativos* e contra aquela boa forma tão recomendada nas provisões, regimentos e minhas leis, a favor da liberdade” (AHU-CU, cód. 224, f.136. [grifo nosso]). A determinação vinda do Reino era de que os índios fossem retirados dos “ditos sítios, lugares, ou fazendas onde estão”.

Escravos africanos e seus descendentes compuseram as escravarias beneditinas. A historiografia brasileira tem incorporado cada vez mais a constituição da família escrava no Brasil. Todavia, os esforços são concentrados nos plantéis do final do século XVIII e principalmente nos do século XIX. Os pesquisadores que se dedicam à temática são unânimes em salientar a dificuldade de se encontrar documentação para períodos anteriores a estes (SLENNES, 1997). Para os plantéis da Ordem de São Bento, pelo menos nas propriedades do Rio de Janeiro, é destacável a presença da formação de famílias escravas em meados do século XVII, precisamente nos estados que cobrem os anos de 1648 a 1660. Isto é perceptível, por exemplo, na documentação referente a 1652, quando o monge que registrava os bens do mosteiro deixou anotado que na fazenda de Inhumerim ficaram vinte e seis escravos, dentre eles “Alvaro e sua mulher, Francisco e sua mulher, Domingas e seu marido, Pedro e sua mulher, Antônio e mulher, Manuel da terra e sua mulher” (ADB-CSB. 134, p. 32). Ao todo esta propriedade contava com nove casais e dois viúvos, ou seja, mais da metade da escravaria havia contraído matrimônio. Logo abaixo de seus nomes foram contabilizadas onze crianças, o que aponta a reprodução dos cativos.

---

<sup>7</sup> “Mamelucos” era designação dada aos descendentes de brancos com índios. Sobre a categoria, ver: (VAINFAS, 2000, p. 365-366)

Nos currais de Maricá ficavam dezessete escravos, tomando conta de duzentas e setenta e cinco cabeças de gado, sendo casais, “Diogo e sua mulher, Manuel e sua mulher, Jorge e sua mulher, cinco filhos de Diogo e duas filhas, filho de Jorge de doze anos” (ADB-CSB. 134, p. 32). Nos anos subsequentes, nas propriedades beneditinas, ficam mais perceptíveis numerosas alianças matrimoniais ocorrendo entre os escravos e a conseqüente reprodução endógena.

No centenário da abolição, D. Mateus Rocha procurou justificar a escravidão no mosteiro e impôs críticas a Jacob Gorender e a Manuela Carneiro, que afirmavam a existência de um criatório de escravos pertencente ao mosteiro (ROCHA, 1988). Analisando o período entre 1652 e 1710, Stuart Schwartz, ao contrário de D. Mateus, salientou que existia um alto número de crianças nos engenhos beneditinos, chegando a 24%. Apesar de não apresentar exemplos substanciais, o autor afirmou que os beneditinos incentivaram a formação familiar (SCHWARTZ, 1988, p. 293).

O que observamos no estado do mosteiro do Rio vai, em parte, ao encontro da afirmação de Schwartz. Em 1657, a fazenda de Campos dos Goitacazes é indicada como a mais próspera, pois possuía oito mil e seiscentas e trinta e uma cabeças de gado, distribuídas em vinte currais. Entre adultos e crianças, existiam setenta e quatro escravos espalhados pelos mesmos currais. A população adulta era de quarenta e oito cativos, e destes, quarenta e dois eram casados e dois viúvos. A relação apresenta casais com respectivos filhos, como Manoel crioulo e sua mulher Úrsula e quatro filhos, Alexandre e sua mulher Vitória e duas filhas, João Rato e sua mulher Serafina e seus dois filhos. A maneira como era contabilizada a escravaria denota a reprodução endógena, pois ao tratar das crianças, o monge anotou: “crias macho 10, crias fêmeas 14” (ADB-CSB 134. p. 56). Três anos depois, o número de cativos era de oitenta e nove. Mantinha-se a tendência de se ter um equilíbrio entre homens e mulheres e casais, no total eram vinte e três. Infelizmente o número de crianças por casal não é especificado como na relação anterior. No entanto, ficou registrado que sete casais possuíam filhos. Neste mesmo período, no engenho de Guaguaçu, encontrava-se um número semelhante de escravos. O monge que fez a anotação deixou escapar um interessante deslize: “ficam neste engenho noventa peças, digo, almas de escravos” (ADB-CSB 134. p. 56). O lapso corresponde ao tratamento cristão que deveria ser dispensado ao cativo – almas, e não peças – haja vista tratar-se do plantel de uma ordem

religiosa<sup>8</sup>. Acompanhando a tendência observada, dos noventa cativos, trinta e quatro eram casados. É confirmada a presença de crianças, mesmo que o número não seja especificado, contabilizando-se, inclusive, filhos de solteiros. A tendência do equilíbrio da quantidade de homens e mulheres formando casais pode ser vista em outras duas propriedades: Cabo Frio, com sete currais, contabilizando quatrocentas e oitenta e três cabeças de gado e seis casais de escravos, exatamente a metade dos escravos da propriedade; e os currais de Maricá, com trezentas e dezenove cabeças de gado e quatro casais de escravos com seus filhos (ADB-CSB 134. p. 55).

O costume dos monges estadistas detalharem a composição da escravaria, infelizmente, durou pouco. Todavia, de forma menos minudenciada, temos dados do Estado de 1663 a 1666, durante o abaciado de frei Leão de São Bento, o último a fornecer a quantidade de escravos. Neste relatório, ficou registrada a compra de vinte e sete cativos e o recebimento de trinta “peças” de heranças. É possível perceber que o engenho de Guaguaçu aumentou o número de escravos para cento e quinze, sendo trinta e três “crias”, assim como a fazenda de Campos, com cento e seis cativos em seus currais (ADB-CSB 134. p. 96-97).

Pela necessidade de amplas áreas para a formação de pastos, os currais distanciavam-se significativamente uns dos outros, característica que trazia complicações quanto ao domínio sobre a escravaria que labutava nessas unidades. Na documentação por nós analisada não foi possível localizar sequer um indivíduo com a designação de feitor atuando nestes currais<sup>9</sup>.

De acordo com Schwartz, os beneditinos incentivaram o equilíbrio numérico dos sexos e a conformação familiar no intuito de promoverem uma política moralizante, mas também como uma estratégia significativa, haja vista que o vínculo instituído pela família inibia fugas e indisciplinas (SCHWARTZ, 1995, p. 293). Concordamos com o historiador. Todavia, há uma característica importante a ser assinalada no que diz respeito a essas famílias. Pelo que percebemos na documentação, os núcleos de escravos casados e os respectivos descendentes gerados encontravam-se sobretudo no trabalho

---

<sup>8</sup> Sobre a forma cristã em que a escravidão foi enquadrada, ver: (VAINFAS, 1986); (MARQUESE, 2004); (ZERON, 1998).

<sup>9</sup> No final da década de 1970, Jacob Gorender assinalou a improcedência de afirmações sobre a incompatibilidade, dada a precária vigilância, da existência de currais de gado com o trabalho escravo. Gorender observara que feitores escravos mantinham a mão de obra sob forte controle (GORENDER, 1978).

em currais de gado. Pela manutenção tão prolongada da constituição de famílias em currais, pode-se inferir que os beneditinos, mais do que o uso de feitores escravos, souberam tirar proveito da fixação de grupos familiares nas áreas de criação de gado.

No importante engenho de Iguaçú, nos serviços braçais do eito também havia um equilíbrio de gêneros entre os cativos. No inventário realizado na “entrega que fez o padre frei Francisco das Chagas da fazenda do Iguaçú ao padre frei Rozendo do Rosário na era de 1685”, foram registrados quarenta e oito cativos, sendo vinte e sete do sexo feminino e vinte um do masculino<sup>10</sup>. Gentios da terra não estão registrados. Isto não significa, como salientamos, que os beneditinos abriram mão deste tipo de cativo, mas que em suas fazendas começava a prevalecer o africano e seus descendentes. Ao lado dos nomes arrolados foram registradas as ferramentas utilizadas pelos escravos, apontando assim suas respectivas funções, entre eles: Isabel de enxada e foice, Suzana de enxada e André machado e foice. Somente dois cativos tinham um ofício mais especializado: os mulatos Thomas e Romano, ambos carpinteiros.

Difícil presumir como se davam as relações dos monges com seus escravos, para além de possíveis formas de tratamento. Os beneditinos não produziram tratados para justificarem a escravidão ou manuais para o trato da escravaria, como fizeram os jesuítas<sup>11</sup>. No entanto, possivelmente, existia uma hierarquização entre os escravos que trabalharam nos engenhos e currais da Ordem e os que labutaram nos espaços dos mosteiros com ofícios mais específicos, inclusive com afazeres considerados “artísticos”. A existência de famílias escravas também aponta para relações mediadas por condicionantes moralizados/moralizadores, com ênfase nas práticas sacramentais, incluindo o batismo. A presença de escravos durante os sacramentos e a evangelização dos mesmos é ressaltada como atributo positivo de certos monges em seus dietários. Frei Gonçalo, que morreu em 1636 no mosteiro de Salvador “cumpria com as obrigações pertencentes ao seu estado, não deixando de ouvir missa todos os dias, obrigando juntamente que também a ouvissem escravos que com ele trabalhavam” e frei

---

<sup>10</sup> Em 1943, quando transcreveu o documento, D. Clemente salientou que o mesmo estava “quase aniquilado pela traça”. Infelizmente, ao emprendermos pesquisa no Arquivo do Mosteiro do Rio de Janeiro não foi possível encontrar tal fonte, cumprindo-se o que foi preconizado pelo beneditino. Cf: (SILVA-NIGRA, 1943).

<sup>11</sup> Sobre a produção letrada jesuítica na justificativa do sistema escravista escravaria, ver: (VAINFAS, 1986), (MARQUESE, op. cit); (ZERON, op. cit). Sobre a família escrava em uma fazenda inaciana, ver: (ENGEMANN, 2008).

Manoel, morto no mesmo mosteiro em 1639, “por sua conta corria ensinar a doutrina aos escravos, o que fazia com muita diligência todas as madrugadas” (Dietário/ BA. p. 80-81).

Além disto, em diversas situações, como ainda analisaremos, os religiosos envolvidos em conflitos com outros vassalos, contaram com escravos armados em sua companhia, o que demonstra, minimamente, o grau de fidelidades existente entre eles. Caso exemplar desta confiabilidade pode ser notado ao final do século XVII, em data indeterminada, quando frei José Bueno da Luz, natural de São Paulo e professo na mesma localidade, “como era parente dos Buenos, uma das principais daquela capitania, e que no primeiro descobrimento do ouro tinham ido muitos dos seus parentes foi mandado pelo prelado daquela casa com escravos aos descobrimentos a fim de aumentar o mosteiro, que era pobre” (Dietário/ RJ. p. 143). Ouro, religiosos e escravos, combinação no mínimo intrigante. Pereceram todos os escravos que acompanharam o monge. Em 1703, frei José morreu no Rio de Janeiro vitimado pelo mal das bexigas. Deixou registrado o monge que escreveu seu dietário: “o sucesso foi contrário ao desejo” (Dietário/ RJ. p. 143).

### **Considerações finais**

A mão de obra escrava era, sobretudo, alocada nas propriedades rurais. Além dos currais de gado, os beneditinos detinham engenhos de açúcar em Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro. Entre as ordens religiosas, a dos jesuítas era a única que rivalizava com a dos monges no que se refere ao número de propriedades rurais, ultrapassando-a em diversos aspectos quantitativos. Entretanto, como destacou Stuart Schwartz, os engenhos beneditinos tinham significância no panorama econômico e social da América portuguesa (SCHWARTZ, 1983).

As propriedades dos monges eram bem administradas, angariando elogios até dos inicianos, como o fez Belquior Pires. Este padre, em correspondência enviada da Bahia em 26 de fevereiro de 1662 aos seus superiores em Roma, informou que os jesuítas entendiam muito pouco de fazendas, tendo “pouca inteligência delas” e que alguns padres enviavam a Roma apenas informações concernente ao espiritual, à observância, e se abstinham de comunicar as “coisas temporais”. Enquanto isto,

Os frades Bentos tem um engenho não real porque não é de água como o nosso, juntamente beneficiam um grande partido de canas que nele moem suas, e com o açúcar que fazem e vendem tem feito sua igreja; e não fazendo as mais obras sem pedirem esmolas para elas, como nós fazemos. Por que luz aos bentos, e por que tem rendimentos de seu engenho; e nós não? (ARSI, BRAS 3 (II). Correspondência do padre Belchior aos seus superiores. Bahia, 26 de fevereiro de 1662, f.4).

Na resposta ao seu questionamento, padre Belquior sintetiza a comparação entre as formas de administração das duas ordens: “Porque é o seu governo [dos beneditinos] melhor que o nosso, e trazem as suas fazendas beneficiadas, e bem providas do necessário, por isso tiram delas proveito, e nós [jesuítas] das nossas tiramos muita miséria” (ARSI, BRAS 3 (II). Correspondência do padre Belchior aos seus superiores. Bahia, 26 de fevereiro de 1662, f.4). Neste beneficiamento das propriedades, os “estados” tiveram papel incontestável como dispositivos de comunicação e memória da comunidade monástica. Mesmo constituído por informações sumárias, demonstramos que, dependendo da grade de leitura, tal documentação fornece informações relevantes para uma história social preocupada com aspectos econômicos de uma instituição religiosa nos trópicos, como a alocação de recursos, os rendimentos das casas, a dimensão e formação da escravaria, e um tema que não foi aqui analisado, as redes de crédito. Eis o estado dos “estados”.

### **Fontes e bibliografia**

ARSI, BRAS 3 (II). Correspondência do padre Belchior aos seus superiores. Bahia, 26 de fevereiro de 1662.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 vols.

Dietário dos monges de São Bento, In: *Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* – Abbadia Nullius de N.S do Monteserrate – O seu histórico desde a fundação até ao anno de 1927. Rio de Janeiro. [s.n.], 1927.

*Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia*: Edição diplomática. Salvador: EDUFBA, 2009.

COSTA, Fernando Dores. “Racionalidade econômica” e “irrationalidades” na gestão do património monástico. In: XII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, 2002, Aveiro. *Anais eletrônicos*. Aveiro, 2002. Disponível em: <http://www.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20FD%20Costa.PDF>. Acesso em 27 de outubro de 2006.

- CURTO, José C. Vinho verso cachaça: A luta luso-brasileira pelo comércio do Álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Bertrand Brasil, 1999. p.69-97.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio. In: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977.
- LINS, Eugênia Ávila. *Arquitetura dos Mosteiros beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. 2002. 3v. Porto, 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2002.
- MAIA, Fernanda Paula Souza. *O mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto: Universidade Portucalense, 1991.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1680*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MONTEIRO, John. *O escravo índio, esse desconhecido*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). *Índios do Brasil*. São Paulo: Global, 1998. p. 111.
- OLIVEIRA, Aurélio de. *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680): estudo social e económico*. Porto: Faculdade de Letras, 1974.
- ROCHA, Dom Mateus. Escravos e beneditinos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. jan/mar. 1988. vol. 149. Nº 358. p. 16-21.
- SCHWARTZ, Stuart B. Os engenhos beneditinos do Brasil colonial. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, vol. LV, p. 29-51, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, José Ribeiro da. *O vinho como mantimento quotidiano. Regulamentação do seu comércio na cidade do Porto (séculos XVI-XVII)*. Disponível em:  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8268.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2008.
- SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu. *Revista do SPHAN*, nº 7, Rio de Janeiro, 1943, p. 269-270.
- \_\_\_\_\_. *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Typografia Beneditina, 1950.
- SOUZA, Jorge Victor de Araújo. *Monges negros: trajetórias, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, 2007. 189 f. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SLENNES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava*. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2000.; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SCHWARTZ (1988), op. cit., p. 293.

SCHWARTZ, Stuart B. Os engenhos beneditinos do Brasil colonial. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, vol. LV, p. 29-51, 1983.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petropolis: Vozes, 1986.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil: les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVIe-XVIIe siècles)*. Paris, 1998. 559 f. Tese (Doutorado) – Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, 1998.